



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Secretaria de Proteção ao Cidadão

ATA DA REUNIÃO – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

DATA: 02 de julho de 2025

Às oito horas e trinta minutos do dia dois de julho de dois mil e vinte e cinco, na sala de reuniões da Secretaria de Proteção ao Cidadão (SEPAC), o Sr. Antônio Moura Pires, Diretor do CSI e representando o SEPAC, cumprimentou e agradeceu os presentes pela participação à reunião ordinária do Conselho Municipal de Segurança (CMS); Seguindo a pauta do dia, foi passada a palavra às representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de São José dos Campos (OAB/SP-SJC), para exposição sobre duas de suas comissões temáticas: a Comissão de Direitos da Pessoa Idosa e a Comissão de Direitos Humanos Juvenil; Dando início à apresentação, a Dr.^a Margarida Maranhão informou que, segundo dados do IBGE, a população idosa está aumentando significativamente no Brasil, resultado de melhores condições de vida, alimentação, cuidados médicos e acesso a tratamentos de saúde, entretanto, não há o correspondente aumento da população jovem e do número de nascimentos de bebês; Com isso, há uma expectativa de que dentro de 50 anos o país não tenha mais crianças e adolescentes, já que a taxa de natalidade atual é de apenas um filho por casal; Isso poderá acarretar diversos problemas à sociedade decorrentes do envelhecimento da população, como escassez de mão-de-obra para o trabalho e a produção de alimentos, gerando problemas em todas as áreas que necessitam de novas forças de trabalho para a manutenção da economia e a produção no país; Neste sentido, a OAB/SP procura contribuir com a divulgação de informações relacionadas aos direitos da pessoa idosa, buscando capacitar essa população para se proteger em relação às mudanças em geral que tem ocorrido na sociedade atual; É oportuno também compartilhar dados do serviço “Disque 100” relacionados à violência praticada contra idosos, seja a violência física ou moral contra mulheres, violência relacionada à questões econômicas ou patrimoniais, como o uso de valores de aposentadoria sem a concordância do idoso ou mesmo a contratação de empréstimos consignados em nome do idoso para satisfazer interesses de familiares, salientando que na maioria das vezes o próprio idoso é o mantenedor da família e se vê obrigado a auxiliar economicamente seus entes familiares; Outra questão de violência contra a pessoa idosa é a transferência ou venda de bens de forma unilateral, muitas vezes ludibriando o familiar a realizar uma transferência patrimonial, causando dilapidação de patrimônio ou mesmo perda de direitos reais de seus bens; A Comissão da OAB/SP-SJC procura divulgar às pessoas idosas direitos e benefícios relacionados a serviços públicos disponibilizados na cidade, como acesso ao INSS, SUS, CRAS, CREAS, transporte público gratuito, espaços públicos voltados à pessoa idosa (casas do idoso, atividades esportivas e de proteção à saúde etc.); Outra situação preocupante sob a ótica da OAB são as regularidades das instituições e entidades que trabalham com pessoas idosas, sejam casas de repouso ou moradia coletiva para idosos, centros de tratamento de saúde etc., pois infelizmente há casos de entidades que cometem irregularidades no seu funcionamento, causando violação de algum direito ou mesmo comprometendo a integridade física e mental de pessoas idosas levadas para tratamento ou permanência nestes locais; Estas situações requerem muita atenção



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Secretaria de Proteção ao Cidadão

ATA DA REUNIÃO – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

DATA: 02 de julho de 2025

por parte da sociedade, sendo essencial que os familiares de pessoas idosas acompanhem de perto e fiscalizem o trabalho realizado por estas instituições e entidades; Por fim, é oportuno destacar a atenção da sociedade para a construção das cidades voltadas ao uso adequado da população idosa, seja no cuidado com a manutenção das calçadas, permitindo não somente o uso para caminhada a pé, como para uso de cadeira de rodas ou mesmo bengalas, muletas, mas também a manutenção de espaços físicos adequados para a prática de atividades físicas compatíveis à terceira idade, iluminação adequada de espaços e praças públicas etc.; Importante mencionar a existência no município da Delegacia de Proteção ao Idoso voltada ao atendimento específico para esta faixa etária da população; Na sequência, a Dr^a Amanda R. Santos discorreu sobre a Comissão de Direitos Humanos Juvenil, que visa à proteção integral do indivíduo, conforme preconizado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU; A maioria das denúncias registradas pela comissão está relacionada a racismo nas escolas e violência contra a mulher, sendo que a OAB procura levar palestras de esclarecimento e orientação ao público-alvo, como forma de educar, prevenir e mudar o comportamento das pessoas no sentido de mitigar ocorrências desta natureza; O trabalho da comissão é muito amplo, havendo interação com outras comissões temáticas da OAB, pois na maioria das vezes os assuntos são transversais e envolvem medidas conjuntas em favor da defesa dos direitos de uma maneira integral; Na esfera criminal, o papel do advogado é zelar pelo cumprimento da lei de favor de seu cliente, sem abusos ou violações, ainda que o seu cliente tenha cometido algum delito e esteja sujeito à responsabilização penal; O tema de direitos humanos abrange diversos aspectos da proteção ao indivíduo, sendo levado por meio de palestras a alunos da rede pública de ensino, como também a menores recolhidos na Fundação Casa, de modo a levar esclarecimentos sobre o assunto, sobretudo quanto à amplitude dos direitos humanos; É fundamental envolver toda a sociedade quanto à importância do respeito aos direitos humanos, pois é um tema que interessa a todos, indistintamente; O Sr. Rogério Vasconcelos, do Conselho Tutelar, perguntou como a população pode fazer uma denúncia às comissões temáticas da OAB, sendo respondido pela Dr^a Amanda que a maioria das denúncias é veiculada por mensagem whatsapp a um advogado, sendo repassada à comissão, que procurará diligenciar no local da denúncia e prestar orientação quanto às medidas legais cabíveis ao caso em concreto; É bom ressaltar que a OAB não tem poder de apuração ou de instrução sobre uma denúncia, pois isso é de titularidade do Ministério Público, atuando somente para direcionar ou orientar as partes sobre quais meios pode recorrer para a resolução de determinada violação de direito junto às autoridades competentes; Dada a palavra à Dr.^a Suraia de Sousa L. Strafacci, afirmou que as comissões temáticas da OAB não atuam na indicação ou intermediação para contratação de advogados diante de questões trazidas pela população até a entidade, mas sim em orientações gerais quanto às medidas ou providências que as pessoas podem buscar para a resolução de um problema, seja o comparecimento a

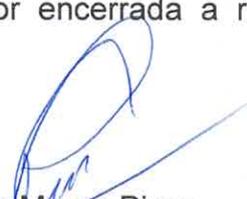


PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Secretaria de Proteção ao Cidadão

ATA DA REUNIÃO – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

DATA: 02 de julho de 2025

uma Delegacia de Polícia ou Ministério Público, o encaminhamento ao CRAS, CREAS ou algum outro órgão público para solicitar a prestação de serviço público que o cidadão tem direito; A Dr.^a Amanda R. Santos acrescentou que são realizadas palestras em escolas com abordagem sobre diversas áreas jurídicas, como, por exemplo, direito do trabalho e direito de defesa do consumidor, buscando transmitir conhecimentos jurídicos que permitam aos jovens recorrer aos órgãos competentes para o atendimento de direitos previstos na legislação; O trabalho das comissões tem por objetivo uma maior aproximação da OAB às demais instituições, apresentando-se como uma entidade que possa se colocar à disposição para contribuir com a resolução de conflitos, melhorando os laços de relacionamento e contribuindo para a consecução do trabalho; Há uma importante parceria da OAB com a Fundação Casa, levando aos menores recolhidos naquela instituição conhecimentos jurídicos que contribuem para sua ressocialização e também para mitigar novas condutas infracionais e a permanência na delinquência; A OAB também contribuiu na apresentação de um projeto de lei que prevê a realização de um tratamento multidisciplinar de homens que cometem violência doméstica, buscando redução das ocorrências desta natureza ou mesmo a reincidência de condutas violentas no meio familiar; O projeto busca que o cumprimento de pena pelo infrator ocorra simultaneamente a um tratamento multidisciplinar, de modo a corrigir comportamentos indevidos e minimizar novas ocorrências de violência; O Sr. Pires destacou iniciativas como estas realizadas pela OAB que conduzem a mudanças na sociedade, de modo a proporcionar maior qualidade de vida a todos; A Dr.^a Fabiana Silva, representante da OAB no CMS, reiterou da importância da articulação daquela entidade com diversas instituições públicas, como forma de contribuir para a construção de uma sociedade cada vez mais justa e evoluída em prol do bem-comum, agradecendo a participação das colegas advogadas na exposição do trabalho das comissões temáticas da OAB/SP-SJC; O Sr. Pires acrescentou que segurança pública é um tema bastante amplo e abrange não apenas o papel das forças policiais, mas sim deve envolver diversas outras áreas do conhecimento, desde educação, ordenamento urbano, iniciativas das organizações e entidades públicas ou particulares, a sensação de segurança da população, enfim, é fundamental redescobrirmos novos conhecimentos, ampliando assim a interação com outras entidades em favor do bem-comum. Encerradas as exposições, o Sr. Pires agradeceu a participação e disponibilidade das representantes da OAB/SP-SJC e se colocou à disposição para a continuidade deste trabalho conjunto. Dada a palavra aos presentes, nada foi perguntado. Não havendo perguntas e nada mais havendo a tratar, o Sr. Pires deu por encerrada a reunião às dez horas, cuja ata segue devidamente assinada.


Antônio Moura Pires
Diretor do CSI


Graziela Messias
Auxiliar Administrativo SEPAC